

O imperialismo é o principal obstáculo à paz e à cooperação

● Joaquim Chissano explica a VIII Tese

A paz, o progresso, as relações internacionais justas — aspiração de todos os povos do mundo — encontram no imperialismo o seu mais obstinado obstáculo. Matéria da VIII Tese ao IV Congresso, a política exterior do Partido Frelimo e do Estado moçambicano é tema da explicação dada por Joaquim Chissano, membro do Bureau Político e Ministro dos Negócios Estrangeiros. Com esse depoimento concluímos a série de explicações feitas por dirigentes do Partido sobre as Teses que o «Tempo» vem publicando desde há oito semanas.

«No mundo, hoje desperdiçam-se mais de 450 biliões de dólares em armamentos, ao mesmo tempo que a fome mata milhões de seres humanos» — Joaquim Chissano



A VIII Tese ao IV Congresso é uma reafirmação do aspecto fundamental da política exterior do nosso Partido definida pelo III Congresso. A Luta pela paz, a promoção da cooperação internacional e a luta pelo estabelecimento de relações internacionais justas — esta luta é uma luta anti-imperialista, tal é a política exterior do nosso Partido. Esta política, claramente definida nos Estatutos e Programa da FRELIMO, é o resultado da síntese das experiências de luta do Povo moçambicano desde o tempo da luta de resistência à penetração colonial e, sobretudo,

da luta levada a cabo pela Frente de Libertação de Moçambique.

CONDIÇÃO DA PAZ

Quando o Povo moçambicano, enquadrado pela FRELIMO, levou a cabo a luta de libertação nacional, foi essencialmente movido pelos ideais de paz, progresso e justiça. Fizemos guerra ao colonialismo, como outros povos antes de nós também fizeram, porque amamos a paz; porque acreditamos que a principal condição para o estabelecimento de uma paz durá-

vel é o reconhecimento do direito dos povos à soberania e à independência, e à criação de uma ordem política e económica internacional baseada na justiça, igualdade, solidariedade e respeito mútuo.

É por isso que a existência do colonialismo, «apartheid», sionismo e todo o sistema de dominação e exploração dos povos, é uma das causas principais dos conflitos internacionais, incluindo a corrida aos armamentos.

Quando, ao fim de dez anos de luta armada, quando ao fim de dez anos de duros sacrifícios, derrotámos o colonialismo português

contribuímos para a paz; eliminámos a repressão brutal colonial que obrigava, no seio do nosso povo, à existência de um clima de revolta e de guerra permanente contra o colonialismo. O nosso país deixou de ser uma base de dominação imperialista contra outros povos. Contribuímos para a paz porque o nosso País deixou de estar na órbita da estratégia agressiva do imperialismo, causadora de guerras mundiais.

MAIS UMA ZONA LIBERTADA

O nosso País, ao fim desses dez anos de luta, passou a ser mais uma zona libertada da Humanidade. Como? Deixámos de ser propriedade do imperialismo nesta região; deixámos de ser simples objecto da vontade dos imperialistas; tornámo-nos independentes e passámos a decidir o nosso futuro: a nossa opção pela construção de uma sociedade socialista, sem exploração do Homem pelo Homem, a continuação da prática do internacionalismo militante e de apoio aos movimentos de libertação, tal como já era nos tempos da luta armada de libertação nacional.

Foi neste quadro que apoiámos a luta do Zimbabwe e continuámos a apoiar o ANC da África do Sul; a SWAPO, da Namíbia; a Frente POLISARIO, da RASD, a OLP, da Palestina; a FRETILIN, de Timor-Leste, entre outros.

Inspirados no amor à paz, aderimos às organizações internacionais que lutam pela emancipação dos povos e pela paz: a ONU, o Movimento dos Países Não-Alinhados e a OUA. A nossa adesão a estas organizações foi decidida com a compreensão de que não pode haver progresso e desenvolvimento se não houver paz. Por outro lado, os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas são também princípios que a nossa Constituição consagra como fruto da nossa experiência de luta como um povo.

INJUSTIÇA — CAUSA DE CONFLITOS

A questão de fundo do problema da paz, preocupação cardinal de todos os povos do mundo, reside na injustiça económica e social

que prevalece no nosso planeta. Não haverá solução para as tensões, para as contradições, conflitos e guerras que grassam em todos os continentes se o mundo não lograr a criação da Nova Ordem Económica Internacional (NOEI).

A luta pela eliminação da injustiça social e pela consequente implantação da NOEI forma uma componente da luta dos povos pela libertação política, económica, cultural e social, pelo exercício da plena soberania sobre os seus recursos naturais, pela livre opção da via de desenvolvimento.

Com a conquista da independência estavam criadas as condições para, na paz, virarmos todas as nossas atenções para a reconstrução nacional. É assim que em 1977 o III Congresso criou o Partido Frelimo, para liderar o processo de desenvolvimento do nosso País. Mas o III Congresso não parou apenas na criação do Partido: ele definiu uma estratégia de desenvolvimento sintetizada nas Directivas Económicas e Sociais. Neste mesmo Congresso, a FRELIMO, sintetizando as experiências acumuladas ao longo da guerra de libertação, escolheu o Socialismo como sistema de desenvolvimento.

Se antes da independência os nossos esforços de cooperação estavam essencialmente virados ao apoio à justa luta de libertação nacional e às zonas libertadas, impunha-se agora desenvolvê-la num âmbito mais amplo, o do país inteiro e de todo o povo do Rovuma até Maputo. Antes, a cooperação consistia mais em recebermos apoio material e moral, de que podemos citar alguns exemplos: a Argélia, a Tanzânia, e a Zâmbia, além do apoio alimentar, apoiaram-nos nos domínios da saúde, económico e militar. Outros países africanos também nos deram apoio directo ou indirecto. Com a Tanzânia temos uma rica experiência de cooperação tanto no campo político como no campo económico. Realizámos trocas comerciais entre as zonas libertadas e a Tanzânia em condições mutuamente vantajosas.

Os países socialistas da Ásia, Europa e América apoiaram-nos em armas e munições, instrutores, roupas, comida, medicamentos, etc. Alguns países do Ocidente, em particular os países escandinavos

(a Noruega, a Suécia, entre outros) a Holanda, bem como várias organizações humanitárias, religiosas e progressistas, comités de apoio à Frente de Libertação, prestaram-nos um importante auxílio financeiro, económico e material nos domínios da educação, saúde e na divulgação da nossa luta, contribuindo para o isolamento diplomático e o descrédito internacional de Portugal e para a mobilização de apoio internacional à nossa justa causa. Já nessa altura nos apercebíamos que esta solidariedade era um apoio mútuo de povos que lutavam pelos mesmos objectivos.

BASES DA COOPERAÇÃO

A nossa cooperação com os outros países assenta nos princípios de coexistência pacífica, respeito mútuo, reciprocidade de benefícios e de não-ingerência nos assuntos internos de cada país.

O nosso Estado, quando coopera com os Estados socialistas, consolida a sua retaguarda segura que apoia o desenvolvimento do Socialismo na República Popular de Moçambique, ao mesmo tempo que contribui para o alargamento da zona libertada da Humanidade, o campo socialista. As relações com os países socialistas constituem uma necessidade objectiva, visto que é na Comunidade Socialista que nos encontramos entrincheirados na luta pela causa da paz.

A nossa luta pela paz leva-nos a estabelecer a cooperação com os países capitalistas. Esta cooperação assenta numa base de coexistência pacífica e de não interferência nos assuntos internos de cada Estado, o que significa, por outras palavras, que a existência e o desenvolvimento de cada país não podem ser feitos isoladamente do conjunto dos restantes países sendo a cooperação um meio necessário ao desenvolvimento, que por sua vez só pode evoluir em clima

de paz e entendimento mútuo. Por isso é que cooperamos com os países capitalistas.

A luta das classes trabalhadoras contra o capitalismo e pela construção do socialismo não impede a cooperação nos domínios possíveis entre Estados de sistemas sócio-económicos de desenvolvimento diferentes.

A COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

A colaboração é mais frutuosa quanto maior for a afinidade de objectivos e a semelhança dos problemas a resolver. É por isso que damos uma grande importância à cooperação com os países subdesenvolvidos, sobretudo os Países Não-Alinhados e, dentre estes, com maior destaque cooperamos com os países africanos, quer bilateralmente, quer no seio da OUA.

Esta cooperação insere-se na luta pelo estabelecimento de novas relações entre os Estados e no desenvolvimento harmonioso de todos os países. A cooperação na zona austral da África é feita a nível bilateral e a nível regional. Como exemplo da primeira, temos a cooperação entre Moçambique e Tanzânia, Angola, Zimbábue e Zâmbia. E da segunda, no âmbito da SADCC, em que nove países definiram uma estratégia comum que permite àqueles países libertarem-se da dependência económica em relação à África do Sul, em particular, e do imperialismo em geral.

De uma maneira geral, porque a África do Sul (pelos seus recursos minerais pela sua própria evolução histórica) foi sempre o país privilegiado dos investimentos capitalistas na região — o que a tornou o país economicamente mais forte da África Austral — progressivamente foi envolvendo todos os países vizinhos na esfera da sua economia, quer através de mecanismos de recrutamento e emprego de mão-de-obra barata desses países, quer através da dominação financeira que o capital sul-africano tem sobre a zona, quer através das fortes infra-estruturas em transportes e comunicações, associada à sua localização costeira.

Por isso a SADCC dá um grande

destaque aos transportes e comunicações e, neste âmbito, já foram dados alguns passos como, por exemplo, o restabelecimento do funcionamento do pipe-line Beira-Umtali e o restabelecimento das vias ferroviárias e rodoviárias entre os portos moçambicanos e os países vizinhos. Importa pois, intensificar a cooperação neste âmbito, por forma a manter a coesão interna da SADCC e contrariar, deste modo, as várias tentativas por parte do imperialismo em sabotar os projectos de desenvolvimento e em perpetuar as formas de dependência.

O IMPERIALISMO, PRINCIPAL OBSTÁCULO À PAZ

O imperialismo é o principal obstáculo à paz e à cooperação. A luta pela paz e progresso económico é, desta forma, não só uma luta do Povo moçambicano, como é de toda a Humanidade; por isso a nossa luta pelo estabelecimento da NOEI é uma luta contra a exploração do Homem pelo Homem.

O Estado moçambicano define como parte essencial da sua política exterior a luta pela cessação imediata da corrida aos armamentos, a luta pelo desarmamento geral e completo, a luta pela transformação do Oceano Índico em zona de paz e desmilitarizada, a luta pela eliminação total dos armamentos, em particular os nucleares e outros de destruição massiva, e a consequente canalização dos recursos humanos, económicos e energéticos poupados, para serem utilizados em fins de desenvolvimento económico e social dos países.

No mundo, hoje, desperdiçam-se mais de 450 biliões de dólares em armamentos, ao mesmo tempo que a fome mata milhões de seres humanos. Mas a paz, a cooperação em bases de igualdade e progresso não estão sendo possíveis porque

o imperialismo se opõe à emancipação dos povos.

Para nos manter dominados, o imperialismo faz fracassar as negociações sobre o desarmamento e sobre o direito do mar e os esforços pelo estabelecimento da NOEI. Revitaliza e reforça as bases militares no Oceano Índico e no continente, promove golpes de Estado mercenários.

Na nossa região, o imperialismo sabota os esforços de libertação económica através das seguintes acções: demora nas negociações sobre a independência da Namíbia; agressão, invasão e ocupação do sul de Angola; condicionamento da solução do problema da Namíbia à retirada das tropas cubanas de Angola e utilização de grupos fantoches como é o caso da UNITA; agressão e intimidação aos outros países da África Austral; agressão e sabotagem a Moçambique através dos bandos armados. Esses actos agressivos da África do Sul contra os países da região, em particular contra o nosso País, fazem parte de um plano destinado a frustrar os esforços da SADCC e os esforços de libertação dos povos da África Austral.

Ao fomentar o clima de guerra, o imperialismo, através da África do Sul, pretende frustrar todos os nossos esforços de desenvolvimento obrigando-nos a desviar grande parte dos nossos recursos e capacidades para a defesa da soberania nacional. Com estas acções, o imperialismo visa manter-nos na sua dependência para melhor continuar a sua política de exploração, quer impedir que o nosso exemplo contribua para a queda do seu bastião mais forte em África, o regime do «apartheid». É por isso que os bandos armados são criação directa do regime da África do Sul, aliada aos exploradores estrangeiros que fugiram de Moçambique, onde perderam vários instrumentos de roubo ao nosso Povo. □